



Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 vai a Plenário

Relatório final, aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento, prevê esforço fiscal de 1% do produto interno bruto, já descontado o Programa de Aceleração do Crescimento

O projeto da LDO 2015 precisa ser votado pelo Congresso na terça-feira, pois a partir de quarta a pauta estará trancada por vetos

presidenciais. A aprovação de ontem foi possível após acordo de líderes que inclui o compromisso de reunião fechada com o novo ministro da Fazenda,

Joaquim Levy, para falar da meta de superávit para 2015. A comissão também aprovou o relatório preliminar da lei orçamentária anual. **11**



Moreira/Manz/Agência Senado

Senador recebe aplausos de colegas após despedir-se do Senado ontem

Em discurso de cinco horas, Simon é aplaudido de pé

Durante pronunciamento de despedida, interrompido por manifestações de 36 colegas, Pedro

Simon relembrou fatos históricos e disse que sempre lutou pela ética, justiça e democracia. **12**

Mostra retrata vida política e literária de José Sarney **2**

CPMI da Petrobras aponta que refinaria foi superfaturada **7**

SUS é lento contra câncer de mama, diz relatório **6**



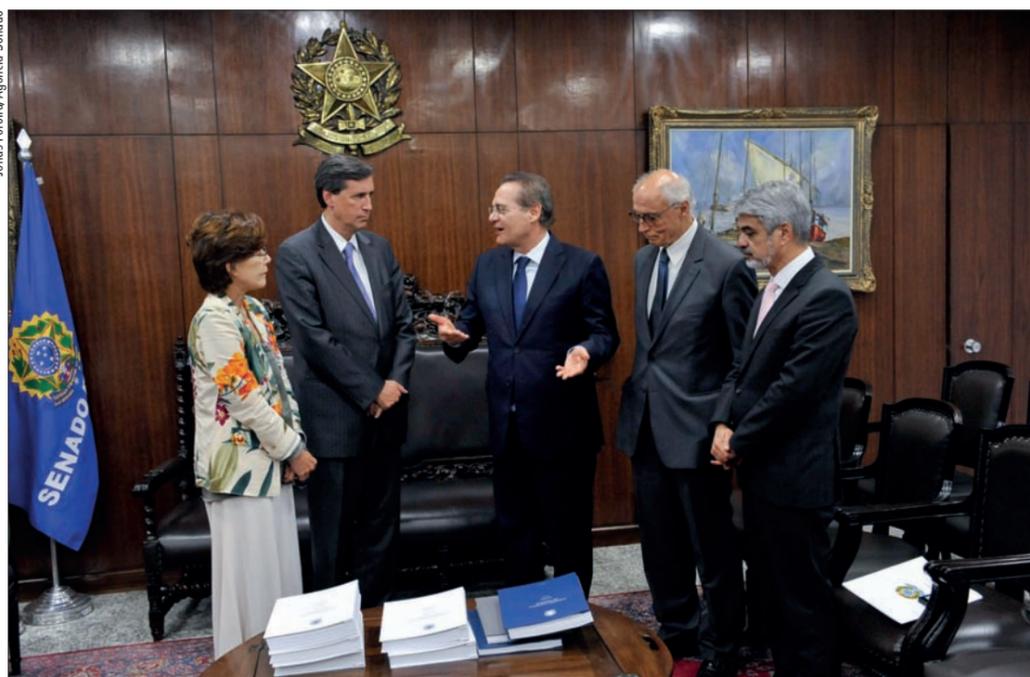
Gerardo/Magal/Agência Senado

Ao lado de Paulo Paim, Jorge Viana conduz sessão deliberativa do Plenário

Segue para sanção texto que cria linha oficial de pobreza no Brasil

Proposta de Eduardo Suplicy permitirá ao governo traçar metas precisas de redução da pobreza. Também ontem, o Plenário

aprovou a criação de um auxílio para as famílias dos militares que morreram em 2012 na estação brasileira na Antártica. **3**



Pedro Dallari (E), acompanhado de Rosa Cardoso, entrega relatório a Renan (C), na presença de Suplicy e Humberto Costa

Comissão da Verdade sugere mudar polícia

A desmilitarização das polícias estaduais e a revogação da Lei Nacional de Segurança foram algumas das recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade.

Relatório final foi entregue ontem ao pre-

sidente do Senado, Renan Calheiros, com sugestões de projetos para modificação de leis, inclusive da Constituição. Renan prometeu prioridade na análise das propostas ligadas ao Legislativo. **5**

Proposta do novo Código Penal agrava pena para homicídio **9**

Dívida trabalhista poderá ser paga mais rápido, prevê projeto de lei **10**

Revista *Em Discussão!* lança 23ª edição, sobre escassez de água **2**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Estatuto da Juventude



Secom | Criação e Marketing

Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei





Durante a homenagem, Sarney (D) conversa com o jornalista Frota Neto, autor do livro sobre o senador lançado no evento

Sarney: “Fui um presidente escolhido para ser deposto”

Ao participar da abertura de exposição e lançamento de livro em sua homenagem, o senador, que se despede da vida pública, afirma ter deixado como lição seu “espírito de tolerância e conciliação”

AO DISCURSAR ONTEM na abertura de exposição sobre sua trajetória política, o senador José Sarney (PMDB-AP), que sai da vida pública ao final desta legislatura, relembrou momentos difíceis que enfrentou na Presidência da República (1985-1990) para fazer a abertura política após a ditadura militar (1964-1985). Sarney disse ter sido “um presidente escolhido para ser deposto, como muitos na história do Brasil”, mas sobreviveu, assim como o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

— Muitos que assumiram para serem depostos conseguiram sobreviver, como Juscelino, que assumiu para ser deposto. E ele imitou dom João VI: trouxe o cofre para Brasília e foi se tornando um dos presidentes mais estimados da história do país — afirmou.

O senador considera que sua lição para a transição democrática foi “o espírito de tolerância, de conciliação, de humildade, de nunca querer passar por cima de ninguém”.

Para Sarney, se não fosse o Plano Cruzado, o país não teria feito a Constituinte, que resultou na Constituição de 1988. Ele afirmou ainda que se fez fraco para que o povo e o país se fizessem fortes.

Sarney disse que não gostava de despedidas e que preferia

sair do Congresso da mesma forma como entrou, em 1955, “anonimamente”. O senador ponderou que ele é quem deveria fazer uma homenagem aos servidores do Senado, que são “os melhores quadros” da administração pública brasileira.

— Me falaram que seria uma coisa simples, mas fui surpreendido com esta belíssima exposição. Queria agradecer a todos os servidores. A gratidão é a memória do coração.

A exposição *José Sarney: o homem, o político, o escritor*, da Biblioteca do Senado, homenageia por meio de fotos, livros e textos as seis décadas de vida pública e celebra os 84 anos de idade do político maranhense. De acordo com a coordenadora da exposição e da Biblioteca, Helena Celeste, a ideia nasceu de forma “espontânea e singela” quando o senador anunciou que deixaria a vida pública.

Ao abrir a exposição, Helena lembrou que Sarney, como presidente do Senado, foi responsável pela criação do Conselho Editorial e do Coral, pela participação da instituição em feiras do livro, pela aquisição de obras raras e pela idealização do acervo digital — que hoje conta com mais de 1 milhão de acessos na internet.

— Esta exposição é uma forma de homenagem e de

gratidão a Sarney — afirmou.

Participaram da cerimônia Valdir Raupp (PMDB-RO), João Alberto Souza (PMDB-MA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) e Ana Amélia (PPRS) e o deputado Sarney Filho (PV-MA), além de ministros e autoridades. A exposição está dividida em três ambientes: a vida pessoal, a vida política e a vida literária.

A mostra está aberta ao público das 8h às 18h e vai até o dia 25.

Livro

Na mesma solenidade foi lançado o livro *As Batalhas na Guerra da Transição Brasileira*. De autoria do jornalista Frota Neto, a obra reconstitui o governo Sarney entre 1985 e 1990, quando o país saía do governo militar e entrava na democracia.

De acordo com Frota Neto, que trabalhou com o então presidente, o livro é “um corte na história”.

— É uma análise do papel do presidente e sua relação com o poder. Em todas as suas decisões, um presidente está negociando com a história — disse o jornalista.

Vídeo sobre a homenagem: <http://bit.ly/SarneyExpo>

Unicamp e DataSenado fecham parceria para pesquisas

Convênio firmado entre a Unicamp e o DataSenado permitirá o intercâmbio de dados e a cooperação técnica entre o DataSenado e o Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), maior organismo acadêmico-científico interdisciplinar do Brasil dedicado a estudos sobre opinião pública, comportamento político e social e metodologia de pesquisa.

— Esse convênio abre portas para uma parceria de estudos e cooperação técnica que renderá

frutos para as duas instituições — afirmou o reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge.

O DataSenado é o primeiro serviço de pesquisas da esfera pública a integrar o banco de dados do centro, que soma dados de grandes institutos privados e empresariais, como Ibope, Datafolha, CNI e Criterium, da Fundação Perseu Abramo.

O diretor-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira, afirmou que a parceria com a Unicamp, além de honrosa,

marca o reconhecimento da qualidade e da importância do trabalho do DataSenado.

— As pesquisas do DataSenado trazem para o Parlamento a voz do cidadão, registrando suas posições sobre temas relevantes, além das expectativas e até as queixas dos brasileiros — explicou.

O convênio amplia o trabalho do DataSenado, que celebra dez anos de existência — foi criado em 2004 pelo então presidente do Senado, José Sarney.

Nova revista *Em Discussão!* analisa crise no abastecimento de água

Tema que vem ocupando as primeiras páginas dos principais jornais do país, a escassez de água ganhou prioridade na agenda política em 2014.

Depois de realizar dois debates sobre o tema, a Comissão de Infraestrutura (CI) promoveu ontem o lançamento da 23ª edição da revista *Em Discussão!*, que aborda o assunto trazendo informações sobre a crise de abastecimento de água no Sudeste e no semi-árido nordestino e também sobre as soluções discutidas pelo Senado para garantir a segurança hídrica no país.

— A preocupação ambiental vem crescendo e a água é uma parte central desse debate. A ameaça de falta de água, que aflige grandes cidades do país, demonstra que precisamos nos conscientizar sobre o uso desse recurso vital e evitar o desperdício — afirmou o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-

AL), que reservou o espaço para o lançamento antes das votações da comissão.

Diretor da Secretaria Agência e Jornal do Senado, que publica a revista, Marco Antônio Reis registrou que as discussões feitas pela CI com a presença do presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, foram a base para a elaboração do trabalho. Reis disse ainda que, nesta edição, os internautas ajudaram a construir a pauta da publicação, por meio dos perfis do Senado nas redes sociais.

O editor-chefe de *Em Discussão!*, João Carlos Teixeira, destacou que, além das informações sobre a crise hídrica, a revista traz as propostas em tramitação no Senado para incentivar o reúso da água e evitar o desperdício. A publicação também trata de técnicas como a dessalinização da água do mar.



Reis, Collor e Teixeira durante o lançamento da revista *Em Discussão!* ontem

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, o PLC 22/2013, sobre licença a gestante e adotante nas Forças Armadas.
- PRESIDÊNCIA Reuniões**
11h Renan Calheiros participa de missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos, no Salão Negro do Congresso. Às 11h, reunião da Mesa. Às 12h, reunião com o Conselho de Transparência e Controle Social para a entrega da proposta de índice de transparência do Poder Legislativo. Às 16h, preside a ordem do dia.
- CRA Retratos**
8h30 Cerimônia de aposição de retratos na galeria dos ex-presidentes. Às 9h30, audiência para instruir o PLS 254/2014, que estabelece diretrizes para a equideocultura brasileira (que envolve a criação de cavalos, asnos, burros, jumentos e mulas).

- CE Psicofobia**
9h A comissão faz audiência pública para instruir o PLS 263/2014, que institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia.
- CDH Comissão da Verdade**
9h30 Debate sobre a implementação das recomendações do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.
- CRE Imigrantes no Brasil**
10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional debate a situação dos imigrantes no Brasil.
- ESPECIAL Missa em ação de graças**
11h Missa em ação de graças por ocasião do encerramento dos trabalhos legislativos de 2014. No Salão Negro.
- CMO LDO 2015**
14h30 Reunião extraordinária para apreciação de relatórios apresentados ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Plenário aprova criação de linha oficial de pobreza

Proposta de Eduardo Suplicy, que segue à sanção, permitirá ao Brasil traçar metas mais precisas para redução da desigualdade social

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um projeto de lei que institui no Brasil a linha oficial de pobreza, o que permitirá a criação de metas de redução do número de pessoas que vivem abaixo do padrão estabelecido. Também ontem, os senadores aprovaram a criação de uma pensão vitalícia para os militares brasileiros que participaram da força de paz na região do Canal de Suez em 1956 e de um auxílio especial para as famílias dos dois tenentes mortos na estação brasileira na Antártica, em 2012.

O projeto que estabelece a linha de pobreza (PLS 66/1999) foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), que deixará o Senado em 31 de janeiro, após três mandatos consecutivos. O texto agora vai para sanção presidencial.

Pela proposta, o Brasil deve definir a renda anual mínima para a vida digna de uma família ou indivíduo. A partir daí, as políticas públicas federais deverão ter metas nacionais e regionais de redução da pobreza.



Paulo Paim, Jorge Viana e Alvaro Dias no Plenário: foram aprovados o texto que cria linha de pobreza e o que concede auxílio a família de militares mortos na Antártica

Para Suplicy, mesmo 15 anos depois da concepção e com o país em outra realidade socioeconômica, a ideia ainda vale:

— A linha inicial pode ser de R\$ 100 por mês e um dia vai ser de R\$ 200, R\$ 500 ou R\$ 1.000. Sempre teremos uma pobreza relativa, porque alguns serão mais ricos que outros, mas é importante estabelecer a linha.

O projeto que trata do chamado Batalhão Suez (PLS 332/2011) prevê uma pensão especial vitalícia, no valor de dois salários mínimos mensais, aos ex-integrantes da tropa que tenham baixa renda. Os

combatentes fizeram parte da força internacional formada pela ONU em 1956 para manter a segurança na região entre o Canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e Egito.

A proposta, que agora vai para a Câmara, é de Humberto Costa (PT-PE). Segundo o senador, esses homens foram excluídos do Exército sem exame de junta médica e sem quarentena, mesmo tendo permanecido por mais de um ano numa das regiões mais violentas e endêmicas do mundo.

Quanto ao auxílio especial para os familiares dos dois

tenentes da Marinha que morreram no acidente ocorrido em 2012, na Estação Comandante Ferraz, o valor previsto no PLC 128/2014 é de R\$ 500 mil para cada família, a ser dividido entre os dependentes das vítimas. O projeto é do Executivo e será remetido para sanção presidencial.

O Plenário do Senado aprovou outros dois projetos ontem. Um foi o PLC 114/2014, que muda o nome do cargo de agente penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal para agente policial de custódia. O outro foi o PLS 209/2007, que regulamenta a construção de eclusas em rios com barragens.

Senadores acatam indicação de Fernando Vidal para ocupar embaixada do Brasil no Haiti

O Senado aprovou ontem a indicação de Fernando de Mello Vidal para o cargo de embaixador do Brasil no Haiti. A indicação do ministro de segunda classe foi aprovada pelo Plenário por 40 votos favoráveis e 2 contrários.

Durante a sabatina, realizada pela Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em novembro, o indicado informou que a missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil, será gradualmente reduzida. O objetivo é encerrar as atividades quando as autoridades haitianas tiverem

condições de manter a ordem e a segurança.

— A tendência é de prorrogação da missão com redução de efetivos até 2016, quando se espera que a polícia do Haiti possa caminhar com as próprias pernas — disse Vidal, cuja indicação teve como relator Jorge Viana (PT-AC).

Parlamentos de Brasil e Irlanda iniciarão troca de experiências

Foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado o PRS 6/2014, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda com o objetivo de incentivar as relações entre os Poderes Legislativos dos dois países. A matéria agora vai para a promulgação.

De Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o projeto prevê que a cooperação interparlamentar deverá ocorrer por meio de visitas parlamentares, congressos, seminários, simpósios, permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa, além de

intercâmbio de experiências parlamentares.

O autor lembra que Brasil e Irlanda vêm adensando as relações diplomáticas nos últimos anos, com a abertura da embaixada do Brasil em Dublin em 1991 e a da Irlanda em Brasília em 2001. Flexa enfatiza a parceria educacional, com cooperação na área de nanotecnologia aplicada à medicina e à exploração de petróleo. Segundo ele, nesse campo desponta o Programa Ciência sem Fronteiras, com 4 mil vagas de pós-graduação na Irlanda.

Líderes partidários definem pauta de votações até fim do ano

Os líderes partidários no Senado definiram, em reunião ontem, as matérias que serão votadas no Plenário até o final do ano.

Está na fila o PLS 292/2013, que inclui o feminicídio (crime praticado contra a mulher por razões de gênero) como qualificador do crime de homicídio. A pena prevista é de reclusão de 12 a 30 anos. O texto é resultado do trabalho da CPI mista que investigou a violência contra a mulher, criada em 2012, que elaborou 13 projetos de lei em favor das mulheres.

Também consta o PLC 34/2014, do Executivo, que

determina os casos em que forças militares estrangeiras podem transitar ou permanecer em território brasileiro.

Dois projetos que estavam na lista foram aprovados ontem: o substitutivo da Câmara ao PLS 209/2007 (originalmente do ex-senador Eliseu Resende), que regulamenta a construção de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis em rios com barragens; e o PLS 66/1999, de Eduardo Suplicy (PT-SP), que institui a linha de pobreza. O projeto é uma bandeira da carreira política de Suplicy, que deixará o Senado após três mandatos consecutivos.

Senado simplifica votos de aplauso e de censura

O Plenário do Senado aprovou ontem um projeto que simplifica as regras para a apresentação de requerimentos de votos de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura. Atualmente, o Regimento Interno do Senado exige que esses requerimentos sejam motivados apenas por atos ou fatos de “alta significação nacional ou internacional”.

O PRS 20/2014, que foi apresentado por Vital do Rêgo (PMDB-PB), estabelece que o requerimento apresentado por um senador poderá ser encaminhado ao destinatário em nome desse senador, após leitura no período de expediente da sessão plenária.

A proposição será agora encaminhada à promulgação.

Já os votos que dizem respeito a atos públicos ou acontecimentos de alta significação nacional ou internacional que contarem com o apoio de 27 senadores podem ser enviados em nome do Senado. Para tanto, devem ser aprovados pelo Plenário.

Os senadores aprovaram também projeto de resolução (PRS 57/2014) que consolida as alterações promovidas na estrutura administrativa da Casa para racionalizar o funcionamento e gerar economia. Nos últimos dois anos, a Comissão Diretora do Senado editou uma série de atos normativos para reduzir

gastos. Centenas de funções comissionadas foram extintas; benefícios injustificáveis, eliminados; e procedimentos, revisados para adquirir celeridade e ganho de escala.

Outra proposta aprovada (PRS 55/2014) altera o Regimento da Casa para modernizar o trabalho das comissões.

De autoria da Mesa do Senado, a proposta busca a “otimização dos trabalhos nas comissões”, com a adoção do sistema eletrônico de presença. Na justificativa alega-se que, nos últimos anos, o número de comissões aumentou consideravelmente. Daí, a necessidade de ajustes para que o trabalho nos colegiados seja mais ágil e produtivo.

Modalidade do microsseguro, prevista em projeto de lei da Câmara, pretende incluir no mercado cerca de 100 milhões de pessoas que ainda não têm o serviço no Brasil

Texto prevê seguro mais acessível para pobres

REGRAS PARA A criação dos microsseguros, destinados especialmente à população de baixa renda em situações que representem grandes choques econômicos no orçamento doméstico, fazem parte do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 59/2013, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Com regras facilitadas e impostos reduzidos que permitem a contratação de seguros por preços mais acessíveis, a proposta pretende atrair empresas e pessoas físicas. Os seguros serão os mesmos oferecidos atualmente, como os de vida e para doenças graves.

De autoria do deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ), o PLC pretende inserir pelo menos 100 milhões de pessoas no mercado

de seguro no Brasil. Ele esteve na reunião da CAS e comemorou a aprovação. Vicentinho Alves (SD-TO) se comprometeu a trabalhar pela aprovação da proposta nas demais comissões da Casa.

— O projeto é nobre e louvável — disse o senador.

Pelo texto, poderá comprar a apólice qualquer pessoa física, profissional ou não, ou jurídica com fins lucrativos (sociedade ou empresa individual), desde que se enquadre no conceito de microempresa (faturamento anual de até R\$ 360 mil).

O plano de microsseguro sofrerá limitações estipuladas pelo órgão regulador, como limite máximo de valor segurado, de vigência, de prazo para pagamento da indenização e a possibilidade de contratação de maneira simplificada, por meio eletrônico. A fixação des-



Moka (ao microfone) presidiu sessão que aprovou projeto para reduzir preço

ses padrões estará a cargo da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A proposta cria uma tributação diferenciada, o Regime Especial de Tributação Aplicável às Operações de Microsseguro (RET-Ms). Com ele, a sociedade

seguradora poderá unificar o pagamento de quatro tributos (IRPJ: 0,31%, PIS-Pasep: 0,09%, CSLL: 0,16% e Cofins: 0,44%) no total de 1% da receita mensal com as operações.

A empresa que financiar os microsseguros para os empre-

gados poderá deduzir a despesa da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL). A mesma regra vale para o patrão que financiar o empregado doméstico. Ele poderá deduzir o valor do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Entretanto, só poderá ser deduzido o valor sobre um empregado, até o máximo de 10% do salário mínimo.

O relatório de Cícero Lucena (PSDB-PB) aponta melhoria do ponto de vista do direito econômico, por causa da criação de um mercado de bens e serviços hoje inexistente ou pouco expressivo em volume de faturamento. O senador apresentou apenas emenda para corrigir a redação da proposta.

Paulo Davim (PV-RN) relatou o projeto devido à ausência de Cícero.

Regras mais duras para evitar incêndio

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou o PLC 33/2014, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que estabelece diretrizes para prevenir e combater incêndios e desastres em áreas públicas.

A pedido do relator, Paulo Paim (PT-RS), a proposta foi analisada em regime de urgência. O parlamentar informou que está negociando com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação da matéria no Plenário ainda neste ano.

Paim lembrou que o projeto nasceu a partir de diligências feitas pelos parlamentares em Santa Maria (RS) em fevereiro do ano passado, quando um incêndio na boate Kiss provocou a morte de 242 pessoas. A proposta foi então encampada na Câmara dos Deputados por Elcione Barbalho.

O projeto estabelece que o planejamento urbano das cidades deverá passar a observar normas especiais de prevenção e combate de incêndios. As

normas abrangerão os locais ocupados por 100 ou mais pessoas, ou número menor caso só conte com uma rota de fuga.

O projeto atribui aos bombeiros a obrigação de planejar e fiscalizar as medidas de prevenção e combate de incêndios e desastres.

A inclusão de disciplinas relativas à prevenção e ao combate a incêndios e desastres nos cursos de graduação em engenharia e arquitetura e nos cursos de tecnologia e ensino

médio correlatos também estão previstas.

O texto determina ainda que o município e o corpo de bombeiros deverão manter na internet informações sobre os documentos de licenciamento. Será exigido que cada local torne pública a capacidade máxima.

De acordo com o projeto, o descumprimento das normas de segurança por parte do estabelecimento poderá resultar em detenção de seis meses a dois anos e multa.



Tragédia na boate Kiss, causada por incêndio, levou à morte de 242 pessoas

Ana Rita faz balanço das atividades no biênio 2013–2014

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Ana Rita (PT-ES), fez um balanço positivo do período 2013–2014, biênio em que os trabalhos do colegiado foram conduzidos por ela. A senadora destacou o aumento do quórum nas reuniões e a votação de projetos de interesse da sociedade.

De acordo com o balanço, 104 proposições foram votadas. Muitas alcançaram grande repercussão, como a que

estabelece cotas para negros em concursos públicos; a Lei Menino Bernardo, de combate à violência contra crianças; a emenda que concedeu direitos trabalhistas para empregadas domésticas; e a Lei Berenice Piana, de proteção aos autistas.

A senadora disse que a comissão deverá se dedicar em breve à análise de temas como a regulação da mídia, o combate ao trabalho escravo, políticas inclusivas e o com-

bate às práticas homofóbicas.

Ana Rita também ressaltou a realização de seis diligências pela comissão no período, entre elas, em Rio Verde (GO), sobre envenenamento pela pulverização aérea de agrotóxicos; no Rio, para visita de locais de tortura a presos políticos no regime militar; no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, para averiguar mortes em rebeliões; e em Santa Maria (RS) para fiscalizar ações sobre a tragédia da boate Kiss.

Projeto contra bullying é alterado e volta à Câmara

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou o projeto do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) que institui, no âmbito educacional, o Programa de Combate à Violência Sistemática, também conhecida como *bullying*. A proposta foi alterada pela relatora, Ana Rita (PT-ES), e deverá retornar à Câmara para nova análise.

O projeto define o *bullying* como uma sequência de episódios de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, praticado reincidentemente por um indi-

víduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas, produzindo na vítima prejuízos psicológicos, físicos ou morais.

— É imperativo o estímulo a uma cultura de não violência, na qual as crianças e os adolescentes, em particular, sejam orientados no sentido de aceitarem a pluralidade do mundo em que vivem. Isso inclusive contribui para a formação de adultos com maior inteligência emocional — disse Ana Rita.

Comissão realiza audiência sobre imigração no Brasil

A situação dos imigrantes no país e a capacidade do Estado brasileiro em atendê-los serão debatidas hoje, em audiência pública, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Foram convidados para o debate Paulo Abrão Pires Junior, secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Aurélio Veiga Rios, subprocurador-geral da República; Tania Bernuy, coordenadora-executiva do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante; e Vivian Holzacker, advogada do Centro de Acolhida para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Autor do requerimento de audiência pública, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) busca apurar o nível de preparação do país para lidar com o au-

mento expressivo no número de estrangeiros em território nacional.

— Nos últimos anos, nosso país vem sendo destino de muitos imigrantes, não apenas da América do Sul, mas de outros continentes. Há necessidade de o Estado brasileiro se organizar, se estruturar em torno dessa questão. Não basta apenas acolher, mas dar um caminho seguro a essas pessoas que buscam em nosso país uma alternativa de vida — alertou.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

► Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

► Tempo real: <http://bit.ly/CREimigrantes>

► Facebook: eCidadaniaSF

► Twitter: @e_cidadania

► TV: www.senado.leg.br/TV

► Alô Senado: 0800 612211

► Taquigrafia: <http://bit.ly/comissaoRE>

Relatório da comissão, com recomendações de mudanças legais ao Legislativo, foi entregue ontem a Renan Calheiros, que prometeu prioridade na análise das propostas

Comissão da Verdade propõe desmilitarização das polícias

A DESMILITARIZAÇÃO DAS polícias estaduais é uma das oito recomendações de mudanças legais que fazem parte do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Durante o encontro com o presidente da comissão, Pedro Dallari, Renan prometeu apoio à tramitação das propostas — algumas exigem alterações da Constituição.

No relatório, há recomendações diretamente relacionadas à atuação policial, como a tipificação do crime de “desaparecimento forçado” e a criação de audiências de custódia, para a prevenção da prática de tortura e prisão ilegal. “É a garantia da apresentação pessoal do preso à autoridade judiciária em até 24 horas após o ato da prisão em flagrante”, explica o relatório.

A comissão propõe a eliminação da figura do “auto de resistência à prisão”, para que lesões e mortes em operações policiais ou de confronto com a

polícia sejam registradas como “lesão corporal decorrente de intervenção policial” e “morte decorrente de intervenção policial”.

— Ainda se tortura muito no Brasil, não mais por razões políticas, mas por razões sociais — afirmou Pedro Dallari.

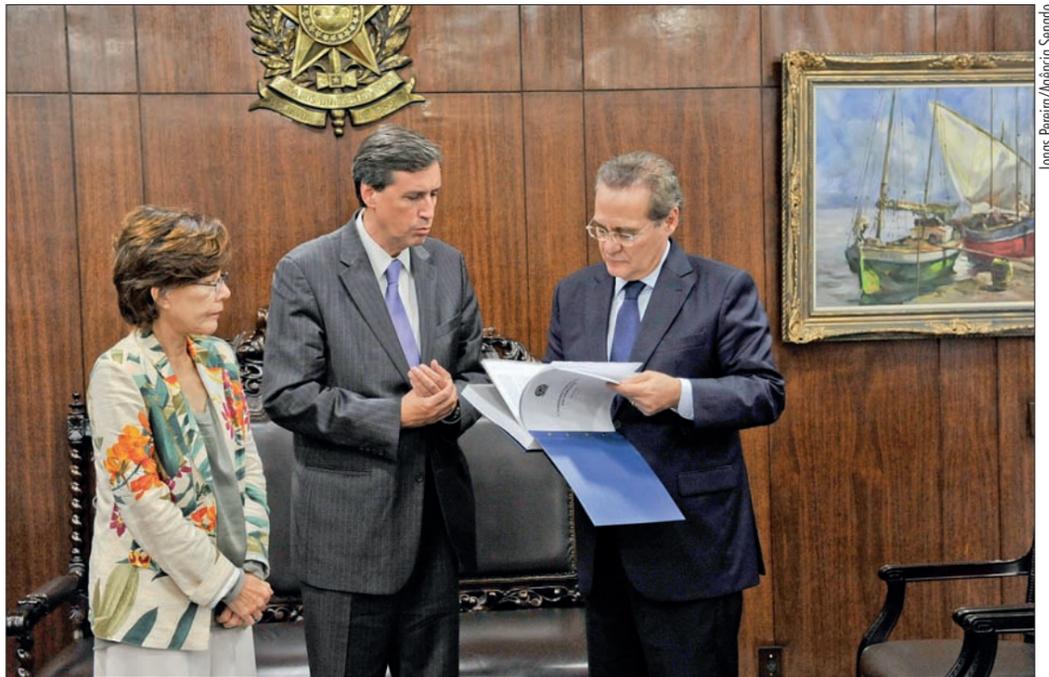
Ele disse que a comissão não recomendou a revisão da Lei de Anistia, mas a responsabilização dos agentes do Estado que cometeram crimes contra os opositores à ditadura militar.

— A comissão apresentou fatos e não opiniões. Fomos metuculosos e não tenho receio de contestações. Caberá à sociedade e ao Estado verificar de que maneira [as informações] podem ser utilizadas — disse.

O relatório argumenta que o caráter militar das polícias estaduais é incompatível com o Estado democrático, cujo foco deve ser o atendimento ao cidadão, e sugere a desvinculação das polícias militares estaduais das Forças Armadas.

Recomendações do relatório da CNV

- ▶ Revogação da Lei de Segurança Nacional
- ▶ Tipificação dos crimes contra a humanidade e de desaparecimento forçado
- ▶ Desmilitarização das polícias estaduais
- ▶ Extinção das Justiças militares estaduais
- ▶ Exclusão dos civis da Justiça Militar Federal
- ▶ Supressão de referências discriminatórias a homossexuais na legislação
- ▶ Eliminação da figura dos autos de resistência
- ▶ Criação de auditorias de custódia



Renan (D) recebe documento de Dallari, presidente da comissão que apurou violações, acompanhado de Rosa Cardoso

Documento consolidado é tema de audiência pública hoje

A Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça promove hoje audiência pública sobre a implementação das recomendações contidas no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue ontem à presidente Dilma Rousseff e ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Durante a audiência pública, com início às 9h30, haverá o lançamento do livro *Um Homem Torturado: nos passos de frei Tito de Alencar*, das escritoras Leineide Duarte-Plon e Clarisse Meireles. Frei Tito morreu em 1974, em consequência da torturas que sofrera nos anos de 1969 e 1970, durante o regime militar, que vigorou no Brasil de 1964 a 1985.

A Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, teve como

objetivo apurar violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, entre elas as praticadas pelo regime militar (1964–1985). A comissão inclui entre as graves violações as prisões sem base legal, a tortura e as mortes dela decorrentes, as violências sexuais, as execuções e as ocultações de cadáveres e os desaparecimentos forçados. Ao longo da existência, a comissão colheu 1.121 depoimentos, 132 deles de agentes públicos. Realizou 80 audiências e sessões públicas em todas as regiões do país, com visitas a 20 estados.

A Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência pública sobre o relatório da CNV conta com a participa-

ção da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Convidados

Para o encontro, foram convidados a ex-ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, deputada Maria do Rosário; a vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko; a representante dos familiares dos mortos e desaparecidos, Diva Santana; o coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gilney Viana, além do representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Wadih Damous; e de um representante da CNV, entre outros.

Concessão de ferrovia deve dar direito de passagem

Projeto que obriga contratos de concessão de ferrovias a prever o direito de passagem, ou seja, a possibilidade de um concessionário usar a malha de outro, com pagamento e em períodos específicos, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto (PLS 185/2009) foi apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como resultado do trabalho da Subcomissão de Regulamentação dos Marcos Regulatórios. Segundo o texto, a falta do direito de passagem faz com que, cada vez que uma carga passe de uma malha para outra, o concessionário possa exigir que ela seja descarregada e recarregada nas próprias composições (operação que se chama “transbordo”).

Para o relator, Vital do Rêgo

(PMDB-PB), a prática do transbordo resulta em mais custos para o usuário. Com o direito de passagem, o senador avalia que haverá mais competição, o que pode gerar ganhos na qualidade do serviço.

Na Comissão de Infraestrutura (CI), o projeto recebeu emenda para deixar explícito que a alteração deve ser nos contratos de exploração de infraestrutura ferroviária.



Comissão aprovou regra para que um concessionário possa usar a malha de outro

Subemenda aprovada na CCJ deixa isso ainda mais claro.

O texto divide as revisões tarifárias entre a periódica, para distribuição de ganhos de produtividade, e a extraordinária, para fatos não previstos no contrato. Também revoga regras sobre revisão tarifária previstas na Lei 10.233/2001.

O projeto ainda passará pelo Plenário do Senado, antes de ir para a Câmara.

Câmara cassa mandato de Vargas e Senado pede punição para Bolsonaro

O Plenário da Câmara aprovou ontem a cassação do mandato do deputado André Vargas (sem partido-PR) por quebra de decoro parlamentar. Também ontem, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado decidiu que pedirá à Câmara que o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) seja punido por, anteontem, ter usado a tribuna para dizer à deputada Maria do Rosário (PT-RS) que “não a estupraria porque ela não merece”.

No caso de Vargas, a cassação foi aprovada por 359 votos favoráveis, 1 contrário e 6 abstenções, seguindo parecer do Conselho de Ética. No entendimento do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), relator

do processo, Vargas quebrou o decoro parlamentar ao ter atuado em favor do laboratório Labogen no Ministério da Saúde. O Labogen pertence ao doleiro Alberto Youssef, preso por participar de esquema de lavagem de dinheiro. Segundo o relatório, há testemunho de que Vargas usou uma aeronave alugada por Youssef ao custo de R\$ 105 mil.

No caso de Bolsonaro, ele atacou a colega verbalmente depois de ela ter dito que a ditadura militar foi uma “vergonha absoluta”. A presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), disse que Bolsonaro não se dirigiu só a Maria do Rosário, mas a todas as mulheres, especialmente às que militam pelos direitos humanos.

Análise revela SUS lento contra câncer de mulher

Comissão avaliou política de assistência à saúde feminina e apontou dificuldade de acesso a exames de mamografia e falta de tratamento rápido e de qualidade a pacientes

APESAR DA DETERMINAÇÃO para iniciar, em até 60 dias, o tratamento de pessoas com câncer, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nos últimos anos a mortalidade por tumores malignos na mama vem crescendo e a motivada por câncer de colo de útero está apenas estável. Uma das causas da manutenção do quadro pode ser a falta de capacidade da rede pública para cumprir os preceitos da Lei 12.732/2012 e garantir a terapêutica adequada rapidamente, aumentando a sobrevida das mulheres.

Essa foi a conclusão da avaliação da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, conjunto de ações do Poder Executivo acompanhado pela Comissão de Assuntos

Sociais (CAS) em 2014. O relatório de Ana Amélia (PPRS), que se fixou na diretriz da política que busca diminuir a mortalidade em decorrência de neoplasia — qualquer tipo de tumor benigno ou maligno — na população feminina, foi aprovado ontem pela CAS. O texto avaliou dados até 2011.

— Os possíveis problemas que afetam as mulheres brasileiras são a falta de acesso da população-alvo ao exame bianual de mamografia e a dificuldade do SUS em acolher as mulheres com diagnóstico de câncer de mama e de oferecer tratamento de qualidade — disse a senadora, ao ler as conclusões do relatório.

A decisão da CAS de avaliar a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher

está baseada em resolução do presidente do Senado, Renan Calheiros, assinada em 2013, que acrescenta ao Regimento Interno a competência das comissões para escolherem anualmente políticas públicas do Poder Executivo para serem avaliadas.

Recomendações

O relatório traz recomendações ao Tribunal de Contas da União (TCU) para, entre outros pontos, avaliar se a rede de atendimento credenciada pelo SUS tem condições de fazer a lei ser cumprida e investigar por que há baixa cobertura do exame de mamografia.

Segundo o relatório, para tentar traçar um quadro que leve à redução dessas mortes — como determina



Relatório mostra que mulheres ainda têm dificuldade de fazer mamografia no SUS

uma política pública específica —, o TCU deve também averiguar a qualidade do exame de mamografia feito no SUS; executar auditorias sobre as condições dos serviços laboratoriais credenciados

pelo SUS para verificar se há estrutura para atender adequadamente a demanda de exames de papanicolau (que detecta o câncer de colo de útero); verificar as medidas em curso para melhorar a rede de assistência oncológica; e aumentar o número de especialistas disponíveis no SUS.

O relatório também fez recomendações ao Ministério da Saúde, como adotar medidas para tornar efetivo e nacional o Registro Hospitalar de Câncer (RHC), um cadastro de informações sobre as neoplasias. Isso auxiliará no direcionamento de esforços pelos gestores que atuam na Política Nacional de Atenção Oncológica, que terão acesso a indicadores de rapidez e efetividade dos tratamentos.

Mortes por tumor de mama e útero crescem no país

De acordo com a avaliação de Ana Amélia, desde a década de 80 houve uma melhora geral nos indicadores da saúde das mulheres brasileiras, mas grandes desafios ainda persistem no que diz respeito ao controle dos cânceres de mama e de colo do útero.

Em 2004, números do DataSUS evidenciaram que a taxa nacional de mortalidade por

câncer de mama era de 10,6 óbitos por 100 mil habitantes. Em 2011, a taxa aumentou para 13,5 óbitos por 100 mil habitantes. Já para o câncer de colo do útero, no mesmo período a taxa de mortalidade variou entre 4,8 e 5,3 óbitos por 100 mil habitantes.

“Essas constatações demonstram que o SUS persiste com dificuldades em

acolher adequadamente as mulheres de forma a permitir o diagnóstico precoce e o tratamento tempestivo do câncer de mama e de colo do útero”, disse.

No mundo, a situação do Brasil deixa a desejar. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) coletados entre 1975 e 2010 confirmam que as taxas de mortalidade por

câncer de mama caíram em vários países, como Reino Unido, Dinamarca, Finlândia e França, por exemplo; permaneceram estáveis na Costa Rica; e elevaram-se na Colômbia, Coreia do Sul, Japão e Cingapura. Ainda de acordo com a senadora, o Brasil só não está pior que Cingapura, que tem 14 óbitos por 100 mil habitantes.

Avança texto que modifica cálculo de verbas para saúde

A utilização de critério populacional e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no rateio dos recursos da União para a saúde destinados a estados e municípios é tema de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Pelo texto, quanto menor o IDH, mais dinheiro deve receber a localidade. A proposta (PLS 189/2014 — Complementar), de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão final.

O projeto é controverso e foi alvo de um voto em separado

da senadora Ana Rita (PT-ES), em nome do líder do partido, Humberto Costa (PT-PE). Porém, o texto nem chegou a ser analisado. Parlamentares manifestaram dúvidas sobre a efetividade da medida. Paulo Davim (PV-RN) disse não ter certeza se ela poderá ser aplicada na prática, por peculiaridades da própria lei.

Consenso

Um consenso capitaneado pelo presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), fez com que o relatório de Cyro Miranda (PSDB-GO) fosse aprovado pelo mérito, para ter os pontos

econômico-financeiros discutidos na CAE.

Hoje os repasses devem observar as necessidades de saúde da população e as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica e de capacidade de oferta de ações e serviços de saúde previstos na Lei Complementar 141/2012.

Cyro considera que a mudança representará a incorporação de um padrão objetivo e justo na distribuição dos recursos do SUS. Sem ela, avalia, há o risco de a divisão dos recursos ser desigual e, consequentemente, deixar de contemplar ações prioritárias na saúde pública.

Comissão vota por arquivamento de projetos sobre recursos para o setor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seguiu o voto da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), e considerou prejudicados quatro projetos que tramitam em conjunto e definem percentuais mínimos da receita da União a serem destinados à saúde pública.

Os projetos (PLC 89/2007, PLS 156/2007, PLS 11/2012 e PLS 162/2012) vão agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Gleisi argumentou que os dois primeiros foram supe-

rados pela Lei Complementar 141/2012, que regulamentou a aplicação de recursos da União, dos estados e dos municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Os outros dois, de acordo com a relatora, estão contemplados na PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22-A/2000), que prevê um percentual mínimo de aplicação de recursos para o financiamento da saúde. A PEC foi aprovada pelo Senado e aguarda votação no Plenário da Câmara dos Deputados.

Perrella faz balanço da Comissão de Ciência e Tecnologia em 2014



Perrella (C) destaca análises como a destinação da faixa de 700 MHz para o 4G

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), senador Zeze Perrella (PDT-MG), afirmou que temas importantes passaram pelo colegiado em 2014, como a destinação da faixa de 700 MHz para a telefonia celular de quarta geração (4G).

— A CCT teve papel preponderante na definição de questões como a destinação de blocos dessa faixa para os órgãos de defesa — afirmou.

Também foram temas de relevo na comissão a avaliação do Plano Nacional de Banda Larga, com relatório a cargo de Anibal Diniz (PT-AC), e a Lei das Antenas, cujo substitutivo da Câmara aguarda análise do Plenário do Senado.

Outro registro feito pelo senador foi o trabalho da Subcomissão de Terras-Raras, cujo relatório ficou a cargo de Luiz Henrique (PMDB-SC). As

sugestões contidas no documento se destinaram a aprimoramentos na proposta do Marco Regulatório da Mineração, que está numa comissão especial na Câmara dos Deputados.

Zeze Perrella afirmou que neste ano foram votadas na CCT mais de 730 proposições, entre projetos de lei, projetos de decreto legislativo e outorga e renovação de concessões de radiodifusão.

Texto de Marco Maia, que será votado na próxima quarta-feira, discorda de avaliação do TCU sobre compra de Pasadena. Oposição pretende apresentar relatório alternativo

Relator vê sobrepreço de US\$ 4,2 bi em refinaria

UM SUPERFATURAMENTO DE US\$ 4,2 bilhões nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, é uma das principais conclusões do relatório do deputado Marco Maia (PT-RS) apresentado ontem à CPI Mista da Petrobras. Maia recomenda o aprofundamento das investigações sobre a responsabilidade de agentes privados, funcionários e ex-funcionários da Petrobras em irregularidades na estatal. O deputado não recomenda indiciamentos, ressaltando que muitos dos investigados pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal já foram denunciados à Justiça.

A votação do relatório final da CPI será na quarta-feira.

Maia concluiu que a justificativa da Petrobras de responsabilizar agentes externos pela escalada dos custos não é convincente. Para ele, há outras causas, como a substituição das licitações por convite na contratação de obras e serviços. Além disso, a Petrobras assumiu riscos normalmente repassados às construtoras.

— Nós estamos afirmando que a Refinaria Abreu e Lima custou aos cofres públicos US\$ 4,2 bilhões a mais do que seria normal ou natural que ela custasse — disse o relator.

O relatório final aponta fortes indícios de pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM Offshore. De acordo com o texto, o possível corruptor seria o representante da SBM, Julio Faerman.

Maia ressalta que as atividades da CPI mista, iniciadas em maio, aconteceram em paralelo às investigações judiciais e policiais da Operação

Lava-Jato. Por isso, o relatório não recomenda indiciamentos, mas o aprofundamento das investigações para apurar a efetiva responsabilização de todos os investigados pela operação da PF.

O texto traz uma lista de pessoas nessa situação: executivos de construtoras, como Queiroz Galvão, OAS e Mendes Júnior; o doleiro Alberto Youssef; os ex-diretores Nestor Cerveró, Paulo Roberto Costa e Renato Duque; Adarico Negromonte, suspeito de transportar dinheiro de propina para políticos e partidos; e a ex-contadora de Youssef, Meire Poza.

O relatório propõe mudanças no regime de contratação da Petrobras. Apresenta, para tanto, um projeto de lei para disciplinar licitações e contratos de todas as estatais que exploram atividade econômica. É sugerida a criação da modalidade de contratação semi-integrada, na qual as licitações para obras e serviços devem ser feitas após a aprovação do projeto básico. Esse projeto serve para orientar a apresentação das propostas.

O documento discorda da decisão do Tribunal de Contas da União quanto ao prejuízo que a estatal sofreu com a aquisição da refinaria de Pasadena, nos EUA. Segundo o texto, o acórdão do TCU não avaliou negócios similares feitos na época nem considerou a rentabilidade futura do complexo. “O suposto prejuízo de US\$ 792 milhões causado à Petrobras por administradores e diretores da empresa precisa ser reavaliado, em virtude de ter sido baseado em cenário que deixou de considerar fatores importantes que justificam o negócio”, assinala.



O deputado Marco Maia, ao lado do senador Gim, lê o relatório da CPI Mista da Petrobras, que será votado na quarta

Oposição rejeita conclusões e promete texto alternativo

Parlamentares da oposição confirmaram ontem a intenção de apresentar um relatório alternativo à CPI Mista da Petrobras. O anúncio foi feito logo após a leitura do relatório oficial do deputado Marco Maia. O líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR), explicou ser necessário que a comissão de inquérito entregue ao país um diagnóstico mais esclarecedor da “corrupção”.

— Esse é um relatório chapa-branca. Foi produzido pela Petrobras e pelo governo federal em contraponto ao que a Polícia Federal, o Ministério Público e o juiz Sergio Moro têm feito. É lamentável esse relatório. Nós vamos apresentar um proposta alternativa na qual vamos pedir o indiciamento de todos. Cadê os diretores da Petrobras? Cadê o Conselho de Administração da Petrobras? — indagou.

Ele adiantou que no texto paralelo a oposição vai questionar

a participação da presidente Dilma Rousseff na compra da refinaria de Pasadena. O relatório oficial concluiu que o negócio não trouxe prejuízos à Petrobras, ao contrário do apontado por investigação do Tribunal de Contas da União. Bueno discorda da conclusão do documento e aposta que Dilma estava ciente do que ocorria na estatal.

— Ela sabia de tudo que estava acontecendo na Petrobras. Não só como ministra de Minas e Energia, mas como presidente do Conselho da Petrobras e como presidente da República. Há os indícios necessários para, se for o caso, pedir o indiciamento de Dilma.

Marco Maia considera natural que a oposição rotule o texto de chapa-branca, uma vez que ele é do mesmo partido da presidente. Assegurou, no entanto, que se trata de um trabalho técnico, construído a partir de informações técnicas.

Ana Amélia pede atenção a demissões decorrentes da Operação Lava-Jato

Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com os efeitos sociais, como a demissão de trabalhadores, que



começam a ser produzidos pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que apura irregularidades na Petrobras e em empresas prestadoras de serviço à estatal.

A senadora informou que no Polo Naval do Jacuí, em Charqueadas (RS), mil trabalhadores foram demitidos e 5 mil empregos indiretos poderão ser afetados depois que os dirigentes da Iesa Óleo & Gás foram presos com os desdobramentos da Lava-Jato.

A Iesa tinha sido contratada para a construção de unidade para montar 24 módulos de plataformas para a Petrobras. Por causa das investigações, o contrato foi rescindido.

Aprovada tarifa menor a autoprodutor de energia

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) acatou ontem emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 274/2008. A proposta garante desconto de 50% nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e geração para quem produz a própria energia.

Atualmente, os pequenos comercializadores (entre mil e 30 mil quilowatts) já têm direito ao benefício, mas devido à complexidade do sistema elétrico do país, existe dúvida quanto à validade atual do benefício para quem gera a energia que consome. Isso porque, ao usar a rede de transmissão, há pagamento, e o que é vendido, nesses casos, é apenas a garantia ou disponibilidade física da energia na rede, e não a própria energia

gerada. Com o projeto, portanto, fica claro o desconto ao autoprodutor.

A ideia é estender os benefícios aos geradores com empreendimentos baseados em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração.

O texto original aprovado no Senado em 2008 é de Lobão Filho (PMDB-MA) e trazia outras modificações à Lei 9.427/1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia. Entre os pontos, estava a ampliação do limite máximo para que a geração seja feita em regime de autorização, e não de concessão, de 30 mil para 50 mil quilowatts. O novo texto da Câmara esclareceu que essa alteração já foi promovida por lei de 2009 posterior à apresentação da proposta.

Ainda conforme o projeto do Senado, os pequenos produtores seriam autorizados a comercializar diretamente com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500 quilowatts. A mudança também já foi promovida por norma aprovada após a apresentação do projeto.

Outro ponto do texto original aumentava o limite máximo de produção da energia, de 30 mil para 50 mil quilowatts, para que o pequeno gerador tivesse desconto de tarifa. A emenda da Câmara dos Deputados, porém, rejeitou a mudança, sob o argumento de que ampliar o número de beneficiários da redução tarifária elevaria o custo para os geradores que não têm desconto e, consequentemente, o custo médio da produção de energia.

Acatadas propostas do Fórum Nacional de Infraestrutura

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) acatou oito anteprojetos de lei resultantes do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, promovido pelo colegiado em março deste ano. Entre as sugestões, estão duas iniciativas para regulamentar a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira. Uma delas permite que a União contrate empresas estatais ou privadas nessas áreas.

Outro projeto propõe disciplinar a responsabilização de servidores que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria por prejuízos causados em obras com recursos públicos.

Também foi acatada proposta para aumentar o limite de participação do capital estrangeiro

nas companhias aéreas, como forma de promover redução de custos, capitalizar as empresas e reduzir o preço das passagens.

Os relatórios foram lidos por Ruben Figueiró (PSDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Acir Gurgacz (PDT-RO). Parte das sugestões foi convertida em projetos de lei. Outras receberam o apoio da CI para serem transformadas em propostas de emenda à Constituição e dependem de coleta de assinaturas.

— Trata-se de um resultado concreto das audiências públicas, mostrando que os trabalhos da CI não ficaram restritos à discussão. É, sem dúvida, o Poder Legislativo auxiliando o Executivo — disse o presidente, Fernando Collor (PTB-AL).

Avaliação de políticas públicas sugeriu diversificação das fontes que financiam o setor agrário. Senadores também estudaram a irrigação no semiárido do Nordeste

Comissão propõe mudanças no crédito rural

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) concluiu ontem a avaliação anual de políticas públicas do governo federal. Os senadores se debruçaram sobre os recursos hídricos para irrigação no semiárido nordestino e o crédito rural e apresentou sugestões para a melhor execução desses programas.

A avaliação do crédito rural teve como relator Ruben Figueiró (PSDB-MS). O senador sugere a criação da Consolidação da Legislação Rural, uma lei única que reuniria toda a legislação do setor agrário, incluindo o crédito rural.

Figueiró aponta a necessidade de uma interlocução entre os Poderes Legislativo e Executivo para esse fim e propõe a criação de um grupo de trabalho que articularia os primeiros passos rumo a esse projeto.

Além disso, o relatório ressalta a necessidade de facilitar o acesso ao crédito rural, por meio da diversificação de fontes e agentes, da redução da burocracia, da inclusão de cooperativas no processo e da integração do crédito

rural com outras políticas de assistência rural.

O tema dos recursos hídricos para o semiárido teve a relatoria de Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele considera que o tratamento da questão ainda é tímido e discreto. Para o senador, o semiárido nordestino tem muito potencial inexplorado, e uma política mais eficiente de irrigação pode contribuir para concretizá-lo.

São Francisco

O relatório propõe mais atenção à inovação tecnológica para o desenvolvimento de métodos de irrigação mais eficientes, que reduziriam o consumo e significariam maior disponibilidade de água para outros fins. O relator adverte que o projeto de transposição do Rio São Francisco dependerá de obras complementares para resolver o problema da escassez hídrica no Nordeste.

O senador aponta o aperfeiçoamento da gestão de recursos hídricos, a recuperação das pequenas bacias hidrográficas, a restauração de nascentes e a exploração vegetal sustentável como medidas que beneficia-



Benedito de Lira conduz reunião em que a Comissão de Agricultura apresentou sugestões para melhorar ações no campo

riam a região, melhorando as condições de vida dos habitantes e permitindo a geração de empregos.

Os relatórios serão remetidos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado e a diversos órgãos referidos nos textos, o que conclui o processo de avaliação de políticas públicas pela CRA em 2014. No entanto, Waldemir Moka (PMDB-MS), membro da comissão, pediu

que o olho clínico não pare por aqui.

— Esses são relatórios amplos, com sugestões e críticas. Precisamos ter formas de aferir e acompanhar essas recomendações em termos práticos para eles terem valor.

Ele sugeriu que a comissão, no prazo de um ano, resgate os documentos e volte a avaliar a situação das mesmas políticas públicas, verificando

se as informações e análises foram seguidas ou se tiveram alguma influência na gestão dos programas.

Além de votar os relatórios, a CRA deu andamento às emendas da comissão para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. O presidente, Benedito de Lira (PP-AL), designou Acir Gurgacz como relator das emendas, que serão votadas na terça-feira.

Corretor de imóveis poderá se associar a imobiliárias

O Plenário do Senado aprovou ontem proposta (PLC 96/2014) que permite a associação entre corretor de imóveis e imobiliárias, num contrato de trabalho sem vínculo empregatício formal. Com isso, passa a existir a figura do corretor de imóveis associado. A proposta também foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais.

Antes de ser votado, o projeto, apresentado na Câmara em 2007, quase foi reenviado àquela Casa quando, no Plenário, os senadores perceberam que a previsão de pagamento da contribuição sindical seria desfavorável aos corretores a partir de janeiro. Isso porque a categoria está entre aquelas a quem foi dado o benefício de participar do Simples Nacional (Lei Complementar 147/2014).

Pelo projeto, o recolhimento

da contribuição sindical dos profissionais ocorrerá conforme as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aplicáveis, com valor não inferior a R\$ 203,40, corrigidos, anualmente, pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou outro índice que o substitua.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), mostrou que os corretores poderão aderir ao Simples Nacional e aqueles que têm receita bruta de até R\$ 60 mil/ano pagarão ISS de R\$ 5 por mês, bem menos que os R\$ 203,40 previstos.

— Mas nesse projeto de lei eles estão obrigados a pagarem R\$ 203,40 de imposto sindical. Até hoje não há categoria que paga imposto sindical pela CLT. Para eles será muito mais vantagem se tornar pessoa

jurídica e aderir ao Simples Nacional — avaliou.

Para não retardar a aprovação do projeto, os líderes fizeram um acordo segundo o qual o Senado aprovaria a matéria e Pimentel se encarregará de pedir que a presidente da República, no momento da sanção, vete o parágrafo que prevê a contribuição sindical. A oposição, por sua vez, concordou em manter o veto quando for o momento de analisá-lo no Congresso.

De acordo com a proposta, o corretor de imóveis associado e a imobiliária deverão coordenar, entre si, o desempenho de funções correlatas à intermediação imobiliária, estabelecendo, em contrato, critérios para a partilha dos resultados da corretagem, mediante obrigatória assistência da entidade sindical.

Vai a Plenário proposta que acaba com exigência de placa em tratores

Foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que determina o fim da Resolução 429/2012 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que exige emplacamento e obtenção de Certificado de Registro Veicular (CRV) para máquinas agrícolas.

O autor do projeto (PDS 124/2013), Blairo Maggi (PR-MT), explica que o emplacamento e o certificado são exigências para veículos que circulam por “vias terrestres abertas”, não sendo o caso, como ele afirma, das áreas no interior das fazendas, onde circulam as máquinas agrícolas.

No relatório, Sérgio Petecão (PSD-AC) acrescentou que a norma do Contran resultaria

num aumento de custos para os produtores rurais, uma vez que o emplacamento de tratores e de outras máquinas agrícolas estaria associado ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), da taxa de licenciamento anual e do seguro obrigatório (DPVAT).

No voto, lido por Pedro Taqueles (PDT-MT), Petecão afirma ainda que os tratores não seriam “veículos propriamente ditos”, mas equipamentos para a produção agropecuária, embora reconheça que utilizam vias públicas “para deslocamentos em caráter excepcional”.

A proposta agora vai para o Plenário do Senado, com pedido para votação em regime de urgência aprovado na CCJ.

Raupp presidirá comissão sobre servidores de ex-territórios

A comissão responsável por analisar a Medida Provisória 660/2014, que permite a servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima permanecer nos quadros de pessoal da União, elegeu ontem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) como presidente. O deputado Manoel Junior (PMDB-PB) é o vice-presidente. A relatoria cabe ao deputado Silas

Câmara (PSD-AM). Como relator-revisor, foi escolhido o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

A reintegração dos servidores ao quadro federal foi autorizada pela Emenda Constitucional 79, promulgada em maio. Os servidores reintegrados farão parte do quadro em extinção da administração federal (cargos que são automaticamente ex-

tintos após ficarem vagos). Eles continuarão prestando serviço aos estados ou municípios, na condição de cedidos, até que sejam aproveitados em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional. O aproveitamento será regulamentado por ato do governo federal.

O mesmo benefício já fora concedido, em 2009, aos servi-

dores de Rondônia pela Emenda Constitucional 60. Assim como Amapá e Roraima, Rondônia era território federal que virou estado. A MP aplica aos servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima os dispositivos da Lei 12.800/2013, que regulamentou a reintegração dos servidores de Rondônia. (Com informações da Agência Câmara)



Valdir Raupp, eleito presidente da comissão que estudará MP 660

Novo Código Penal trata corrupção como crime hediondo

Proposta apresentada ontem em comissão prevê várias alterações no código, como o aumento da pena mínima para o crime de homicídio de 6 para 8 anos de prisão

O CÓDIGO PENAL pode ser reformado para prever o aumento da pena mínima para homicidas e a inclusão da prática de corrupção na lista de crimes hediondos. Essas são duas das muitas mudanças sugeridas na lei penal, conforme substitutivo apresentado ontem por Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao PLS 236/2012, em reunião na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Após a leitura do relatório, foi aprovado pedido de vista, ficando a decisão sobre a matéria para a reunião da próxima semana.

O texto também é mais rigoroso com os prazos para a progressão de pena, situação em que o condenado pode pleitear mudança para um regime de reclusão menos severo. E entre as inovações sugeridas ao código, estão dois novos capítulos, para tratar de crimes contra a humanidade e contra a segurança pública.

A proposta tem por base o anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas instalada em 2011 no Senado com o objetivo de atualizar o Código Penal, que é de 1940. O texto também passou por comissão especial de senadores, tendo sido aprovadas mudanças sugeridas pelo relator, Pedro Taques (PDT-MT). Ao apresentar o substitutivo, Vital ressaltou o trabalho feito por Taques, base para o texto em análise na CCJ.

Vital manteve sugestão dos juristas de aumento da pena mínima para crime de homicídio simples dos atuais seis anos para oito anos de prisão. Isso faz com que o condenado comece a cumprir pena obrigatoriamente em regime fechado. O tempo máximo de prisão continua sendo de 30 anos, mas a condenação, quando há agravantes, pode chegar a

40 anos, tempo que será usado para cálculo da progressão de pena.

Também poderá ser mais rigorosa a regra que dá direito aos benefícios da progressão, como a possibilidade de mudar do regime fechado para o semiaberto. Hoje, é exigido de condenados primários o cumprimento de ao menos um sexto da pena para pleitear o benefício, mas o novo Código Penal pode prever o mínimo de um quarto da pena.

O projeto leva para o Código Penal a previsão de crimes hediondos relacionados na Lei 8.072/1990, que não permitem fiança ou anistia. Também amplia a lista para incluir corrupção ativa e passiva, peculato e excesso de exação (crime praticado por servidor que desvia recursos públicos em proveito próprio).

O texto tipifica o crime de enriquecimento ilícito de servidor, prevendo pena de prisão de dois a cinco anos, além do confisco dos bens.

Vital incluiu um título específico para tratar dos crimes contra o estado democrático de direito, uma vez que o projeto revoga a Lei de Segurança Nacional. Estão previstos nesse título os crimes contra o funcionamento das instituições públicas e dos serviços essenciais. Esse é o caso da destruição de ônibus em manifestações, por exemplo. Está prevista para esse crime prisão de dois a oito anos, que poderá ser ampliada para 8 a 12 anos se houver morte.

Essas penas de dois a oito anos previstas no projeto serão aumentadas até a metade se os crimes forem praticados durante grandes eventos esportivos, culturais, educacionais, religiosos, de lazer ou políticos.



Pedro Taques e Vital do Rêgo, relatores do texto em comissão especial e na CCJ, respectivamente

Violações de direitos humanos podem ter capítulo próprio

O novo código poderá ter um capítulo específico para crimes contra os direitos humanos, que são aqueles praticados pelo Estado ou por uma organização contra a população civil ou um grupo de pessoas.

Fazem parte desse grupo os crimes de extermínio, escravidão e perseguição (limitar o exercício de direitos fundamentais de um grupo de pessoas identificado por características políticas, raciais, nacionais, étnicas, culturais, religiosas ou outras análogas).

Também são crimes contra a humanidade a gravidez forçada (forçar a gravidez, mediante ameaça, com o fim de modificar a unidade étnica de um grupo); privação de liberdade em violação de direito fundamental (manter alguém preso em violação das normas fundamentais de direito internacional); e transferência forçada de população (expulsão de um grupo por motivos de raça, etnia, cor, religião ou preferência política).

Por outro lado, a reforma do Código Penal deverá ampliar as possibilidades de aplicação de penas alternativas para crimes de menor gravidade, como a prestação de serviços à comunidade, por exemplo. A estratégia reúne aspectos didáticos e de ressocialização,

conforme sugere a comissão de juristas, e contribuirá para atualizar o modelo punitivo brasileiro, que prioriza pena privativa de liberdade.

Os especialistas afirmam que as penas alternativas têm baixo respaldo da sociedade e pouca adoção pelos juízes. Para a população, dizem, é mais fácil compreender a prisão como mecanismo punitivo do que a prestação de serviços à comunidade ou a distribuição de cestas básicas.

O substitutivo mantém aborto como crime, com as exceções já previstas na legislação: casos de estupro, de risco de vida para mãe e na condição de fetos anencéfalos ou com anomalias graves que inviabilizam a vida intrauterina.

No anteprojeto constava a possibilidade de interrupção da gravidez nas 12 primeiras semanas por incapacidade psicológica da mãe, mas a sugestão foi retirada pela comissão especial de senadores que analisou o texto antes da CCJ.

Continua sendo crime o porte de droga ilícita, valendo a regra atual quando se tratar de pequena quantidade: o juiz examina as circunstâncias e define se a pessoa é traficante ou usuária. Se for considerada usuária, aplicam-se medidas educativas ou alternativas.

Alvaro pede sanção de benefício a aposentados do fundo Aerus



Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu à presidente Dilma Rousseff que sancione com urgência o projeto que libera um crédito de R\$ 248 milhões ao Ministério da Previdência.

O dinheiro deve ser usado no pagamento dos aeroviários aposentados e pensionistas ligados ao fundo de pensão das falidas

Varig e Transbrasil, o Aerus.

— O projeto aprovado pelo Congresso está pronto para sanção presidencial. É por isso que apelamos em nome da família Aerus, para que essa família possa viver o Natal que se aproxima de forma digna e sem a aflição dos anos anteriores — disse o senador.

O projeto de lei foi aprovado pelo Congresso quarta-feira passada, após 16 dias de vigília de aposentados na Câmara dos Deputados.

Cerca de 20 mil aeroviários foram afetados por uma gradual redução no financiamento do Aerus nos últimos anos. Deles, aproximadamente mil já morreram. Atualmente, os pagamentos estavam limitados a 8% do valor originalmente previsto.

Viana quer proibir empresas de financiar campanha eleitoral

Jorge Viana (PT-AC) defendeu o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas. Ele apresentou um projeto de lei nesse sentido, mas a proposta foi rejeitada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Agora, o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando uma ação direta de inconstitucionalidade movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pede o fim do financiamento de empresas nas campanhas políticas.

Para o senador, a Constituição é clara quando afirma que só pode participar de eleições quem vota ou quem é votado. Empresas, portanto, não podem participar.

— Nessa hora, a gente vê a relação promíscua entre as empresas e a classe política. É muito importante que o Brasil faça pelo menos esse aspecto da reforma política: tirar o poderio econômico das eleições — disse.

Viana também defendeu a aprovação de dois projetos que ele apresentou ao Senado e que visam combater a corrupção: o que fixa limites de gastos para os candidatos nas eleições e o que criminaliza o caixa dois, com pena de cinco a dez anos de cadeia.

Obra que evita apagões em RR precisa ser retomada, diz Ângela



Ângela Portela (PT-RR) espera que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) resolva logo as pendências que estão prejudicando a expansão do Linhão de Tucuruí, obra que deverá garantir segurança energética a Roraima.

Ela explicou que a obra é essencial para garantir energia e o fim dos apagões em Roraima.

O estado é o único que ainda está fora do Sistema Interligado Nacional e depende da energia comprada da Venezuela.

A senadora disse que a Justiça Federal já cassou liminar que suspendia o edital do linhão, garantindo, assim, a continuidade ao processo. Ângela contou que o edital foi suspenso porque o Ministério Público do Amazonas alegou que os índios uaimiri-atroari não foram consultados.

— Se já está previsto que a administração pública, para realizar qualquer investimento, qualquer obra em terras indígenas, precisa dessa autorização prévia, desse diálogo com os povos indígenas, por que não fez no tempo devido? — questionou.

Texto aprovado ontem em comissão altera a Consolidação das Leis do Trabalho para tornar cobrança mais ágil. Após homologação do valor, débito deve ser pago em até 8 dias

Projeto agiliza pagamento de dívida trabalhista

PARA TORNAR MAIS eficiente a cobrança dos débitos trabalhistas já reconhecidos pela Justiça do Trabalho, foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estatísticas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) indicam que apenas 24% dos trabalhadores, em média, conseguem efetivamente receber o crédito.

O PLS 606/2011, que vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é assinado por Romero Jucá (PMDB-RR) e resultou de sugestão do próprio TST. O texto procura trazer para o campo trabalhista os aprimoramentos dos processos regulados pelo Código de Processo Civil (CPC), que passou a contar com regras mais ágeis e efetivas. Porém, a OAB resiste às mudanças. Para a entidade, o texto cria obstáculos ao direito de defesa do executado.

O relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM), lido por Ana Rita (PT-ES), recomendou a aprovação do projeto na forma de um texto substitutivo. Na análise, ele diz que buscou aproximar o modelo de execução de créditos trabalhistas ao do CPC, mas preservando peculiaridades e as garantias constitucionais asseguradas às partes. “Não se pode tolerar o paradoxo hoje vigente, em que dívidas comerciais e cíveis são cobradas, pelo sistema do CPC, com maior efetividade e menor tempo do que os créditos trabalhistas”, assinala o relatório.

Um dos objetivos do projeto original é reforçar a possibilidade de o juiz adotar, por iniciativa própria — de ofício —, as



Ana Rita lê relatório de Eduardo Braga, que buscou inspiração no modelo do Código de Processo Civil

medidas necessárias ao cumprimento da sentença ou do título extrajudicial. Em complemento, Braga manteve a expressão da legislação vigente para assegurar a capacidade de agir de qualquer outro interessado, além de recomendar que as partes sejam intimadas para tomar conhecimento das medidas adotadas pelo juiz.

Acordos coletivos

Houve ainda a exclusão dos acordos feitos perante o sindicato da categoria profissional, mesmo havendo previsão no texto da Constituição de que os acordos e as convenções coletivas são direitos dos trabalhadores. Para o relator, a manutenção poderia inibir as negociações coletivas, o que seria prejudicial aos próprios trabalhadores. Assim, para cobrar um direito obtido

por convenção coletiva que tenha sido descumprido, o sindicato continuará recorrendo a um processo normal na Justiça do Trabalho, em vez de pedir diretamente a execução.

Eduardo Braga, no entanto, aceitou a inclusão do termo de rescisão de contrato de trabalho como novo título extrajudicial, desde que ele tenha sido homologado pelo sindicato profissional ou por órgão do Ministério do Trabalho. Também admitiu a inclusão de cheques ou outros títulos de crédito não pagos que inquestionavelmente correspondam a verbas trabalhistas.

— Não há razão para contestação, pois se trata de ordem de pagamento à vista e deve, portanto, ser mantida — disse.

Prazos e parcelamentos

Na liquidação da sentença, a impugnação do cálculo apresentado exigirá a comprovação do pagamento do valor “não impugnado”, expressão adotada por Braga no lugar do chamado “valor incontroverso” — aquela parte reconhecida pelo executado como direito do devedor —, sob pena de ser multado em 10%. Para o relator, a aplicação da multa é uma medida justa, pois, nesse caso, a parte devedora está se apropriando ou retardando o pagamento de verba salarial reconhecida.

Se a liquidação do débito não for determinada de ofício, o juiz abrirá prazo para discussão da conta apresentada por qualquer das partes, com dez dias para a manifestação dos interessados. Após a homologação dos valores, o devedor deverá fazer o pagamento dentro do prazo de oito dias, com os acréscimos de correção e juros pelo atraso, contados a partir do ajuizamento da ação.

Ultrapassado o prazo de oito dias,

Relator rejeita propostas analisadas em conjunto e texto retorna a comissão

O projeto tramita em conjunto com duas propostas. O PLS 92/2012, de Eduardo Amorim (PSC-SE), dispensa os microempreendedores e as empresas de pequeno porte do depósito recursal para usar o recurso de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho. O PLS 351/2012, de Lindbergh Farias (PT-RJ), altera regras de correção monetária e juros.

Braga rejeitou os dois textos. Ele alegou que, no primeiro, o impacto poderia ser grande, pois a maioria das empresas do país é de pequeno porte e não seria justo que tivessem benefício exclusivo. Com relação ao segundo, não seria conveniente mudar critérios de cálculo já usados e que atendem as partes.

O PLS 606/2011 estava em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas foi redistribuído para exame na CCJ e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por causa de requerimentos ao Plenário. Depois de passar pelas duas comissões, retornará à CAS para decisão final.

o executado terá de pagar multa, que poderia variar entre 5% e 10%, a critério do juiz, de acordo com o texto original. O relator sugeriu, porém, unificar a multa em 10%.

Ainda pelo texto original, o cumprimento forçado de acordo judicial dispensaria a intimação do devedor e se iniciaria por medidas de “constrição patrimonial”, ou seja, de medidas para tornar indisponíveis bens e valores de propriedade dele. No entanto, o relator na CCJ preferiu recomendar no texto que o devedor seja intimado para apresentar impugnação diante dessa medida.

A proposta também inova ao possibilitar o parcelamento do débito homologado, como forma de estimular o pagamento. Feito um depósito inicial de 30% do valor, excepcionalmente ele poderá dividir o restante em até seis vezes. O relator sugere alteração para que o devedor só tenha direito ao parcelamento se optar pelo pagamento dentro dos oito dias. Depois disso, se quiser parcelar, ele dependerá da concordância do credor.

Outras alterações na CLT

- ▶ Estimula a prática de atos por meio eletrônico, independentemente de carta precatória, salvo se o ato, por natureza, demandar atuação do juízo de outra localidade.
- ▶ Institui a possibilidade da remoção do bem penhorado para depósito público ou privado, com as despesas pagas pelo devedor.
- ▶ Prevê a criação de banco eletrônico unificado de penhora pelos tribunais do Trabalho, com a preferência da alienação por meio eletrônico. O relator estabelece, no texto substitutivo, que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e os tribunais do Trabalho, no âmbito de suas competências, regulamentem o banco eletrônico de penhoras, atendendo diversos requisitos, a começar pelo devido processo legal.
- ▶ Incentiva as praças e os leilões unificados, de forma a abranger várias execuções, ainda que de tribunais distintos.
- ▶ Prevê a possibilidade de emissão de certidão de crédito, com arquivamento definitivo do processo, nas hipóteses de insucesso da execução, com a inclusão dos nomes dos obrigados em banco de dados de devedores e a possibilidade de nova cobrança, tão logo seja possível.
- ▶ Prevê expressamente a possibilidade de reunião de processos contra o mesmo devedor (coletivização da execução) e estabelece o procedimento a ser adotado (no processo mais antigo, mediante juntada de certidão de crédito dos demais).
- ▶ Regula a execução das condenações em sentenças coletivas.
- ▶ Preserva as regras já existentes sobre a execução contra a Fazenda Pública. A execução dos débitos, por exemplo, seguirá pela via do precatório (título de dívida). Também nada muda em relação à execução dos créditos, como no caso das contribuições previdenciárias.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Acordo de lideranças permitiu aprovação do projeto na Comissão Mista de Orçamento. Texto, que será analisado na terça, prevê execução obrigatória de emendas parlamentares

LDO para 2015 vai ao Plenário do Congresso

APÓS VOTAR O relatório preliminar ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem, após acordo entre todas as lideranças que compõem o colegiado.

O relatório sobre o projeto da LOA (PLN 13/2014) ainda será votado pelo Plenário do Congresso, em reunião agendada para terça-feira. A partir de quarta, a pauta estará trancada por vetos presidenciais.

Pelo texto aprovado, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o esforço fiscal do governo federal em 2015 será de R\$ 55,3 bilhões (1% do produto interno bruto — PIB), já descontados os R\$ 28,7 bilhões gastos com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para os estados, Distrito Federal e municípios, a meta de superávit primário será de R\$ 11 bilhões (0,2% do PIB). Com isso, o esforço total do setor público brasileiro será de R\$ 66,3 bilhões (1,2% do PIB). Caso estados e municípios não atinjam a meta estimada, o governo federal vai compensar a diferença.

O acordo para votação do relatório passou pela vinda do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que participará de uma reunião fechada com os parlamentares da CMO para falar da meta de superávit primário para 2015. A presença de Levy foi uma exigência do líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), para aprovar a LDO.

O texto aprovado estabelece



De acordo com o texto do relator, Vital do Rêgo (E), o superávit fiscal do governo para 2015 será de R\$ 53,3 bilhões

a execução obrigatória das emendas parlamentares, o que não estava previsto na proposta original do Executivo. No relatório, Vital fez uma série de modificações para agilizar os processos e garantir que as emendas sejam de fato executadas no decorrer do ano, reduzindo a margem de discricionariedade dos órgãos.

Novidades

O relatório final também inova ao prever a criação de um cadastro nacional, para consulta aberta na internet, de todas as obras e serviços de engenharia financiados com recursos do Orçamento. O Cadastro de Obras Públicas será criado em 2015 e gradativamente vai incorporar todas essas obras. O substitutivo estabelece que os responsáveis pela execução das emendas (órgãos públicos federais e prefeituras) deverão adotar todas as providências para garantir a despesa. Eventuais problemas poderão ser resolvidos diretamente pelos

gestores, sem a necessidade de interferência do gabinete parlamentar.

Outra novidade do relatório final é que os órgãos beneficiados com os recursos propostos pelos deputados e senadores terão que informar, na internet, a relação das programações incluídas pelas emendas, o autor, o estágio de execução, o cronograma de desembolso dos recursos e os eventuais impedimentos.

Para 2015, as emendas parlamentares vão somar 1,2% da receita corrente líquida (RCL) prevista na lei orçamentária de 2015. Também foi mantido dispositivo que obriga a destinação de metade das emendas para serviços públicos de saúde. Vital preservou ainda a regra do contingenciamento das emendas: elas serão retidas na mesma proporção do restante do Orçamento.

Reajustes

Em relação aos projetos de aumento de despesa com pessoal, para a criação de cargos,

contratações e reajustes, o texto aprovado prevê que eles só poderão receber recursos do Orçamento de 2015 se tiverem sido enviados ao Congresso até 31 de agosto de 2014. A data já constava no projeto original da LDO, enviado pelo governo, e foi mantida pelo relator.

O relatório aprovado determina que as informações sobre impacto orçamentário dos projetos — como número de pessoas contratadas e valor da despesa — deverão constar do Anexo 5 do projeto de lei orçamentária para 2015. O anexo traz as autorizações para criação de cargos e reajustes no serviço público federal.

Ainda segundo o texto aprovado, a emissão de títulos da dívida pública federal para bancos estatais (como o BNDES), fundos, autarquias e fundações deverá ser divulgada na internet, incluindo valores, objetivo e legislação autorizativa.

Os servidores e as autoridades que tiverem reajuste aprovado em lei terão direito

ao aumento no contracheque mesmo que a lei orçamentária não seja sancionada até 31 de dezembro. O pagamento será feito a partir da data de vigência da lei que conceder o aumento.

Não será aceito projeto de lei que autorize indexação de despesas públicas, inclusive para pisos salariais nacionais, sem estimativa do impacto orçamentário e medidas de compensação. Também não será aceito projeto que eleve as despesas com pessoal acima dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Para avaliar se os limites serão respeitados, o órgão público usará a receita corrente líquida constante no relatório de gestão fiscal mais atualizado.

Os projetos e as medidas provisórias que acarretem renúncia de receita ou reduzam transferências a estados, DF e municípios deverão conter estimativa do impacto orçamentário nas transferências. Aqueles que resultem em renúncia de receita para concessão de incentivos, ou que vinculem receitas, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

Os relatórios de gestão fiscal, elaborados a cada quatro meses pelos Poderes e pelo Ministério Público da União, serão enviados apenas ao Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU enviará ao Legislativo o relatório consolidado com a análise dos documentos que recebeu.

As normas sobre custos referenciais para obras e serviços de engenharia executadas com recursos públicos voltam ao texto da LDO.

Relatório preliminar é aprovado e Orçamento recebe emendas

Deputados e senadores que integram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovaram ontem o relatório preliminar do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. As 22 emendas apresentadas foram rejeitadas, mas sugestões da oposição foram acatadas pelo relator. Agora, comissões do Senado e da Câmara dos Deputados e os 594 parlamentares têm até o fim de terça-feira para apresentarem emendas à proposta.

O cronograma apresentado por Jucá prevê a votação dos 10 relatórios setoriais até 19 de dezembro. O relator afirmou que vai trabalhar sábado e domingo para elaborar o relatório geral e levá-lo à votação na CMO e no Plenário do Congresso Nacional na segunda-feira, 22 de dezembro. Esse será o último dia de sessão legislativa, ou seja, se o Orçamento não for votado até lá, ficará para o próximo ano.

Há ainda as opções de autoconvocação do Congresso ou de convocação extraordinária para deliberação sobre a

proposta. A ideia é aprovar o Orçamento antes da posse dos novos congressistas para permitir que parlamentares que não foram reeleitos possam apresentar emendas ao Orçamento do próximo ano. Jucá fixou em R\$ 16,3 milhões o valor que cada parlamentar poderá apresentar em emendas ao Orçamento, com um máximo de 25 emendas para cada um.

O valor total da proposta orçamentária para 2015 é de R\$ 2,9 trilhões, sendo que R\$ 105,7 bilhões são relativos ao investimento nas empresas estatais. As emendas parlamentares somarão R\$ 9,7 bilhões e metade desse valor terá de ser destinada para a área de saúde.

Em 2015, é previsto superávit do setor público de 2% do PIB, meta que pode ser reduzida em até R\$ 28,67 bilhões em função das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto da LOA 2015 prevê despesa com pessoal e encargos sociais de R\$ 256 bilhões, sendo R\$ 96 bilhões para pagamento de servidores aposentados e pensionistas. Já o Regime Geral da

Previdência Social deve custar mais de R\$ 436 bilhões.

O valor do salário mínimo será de R\$ 790 a partir de 1º de janeiro (reajuste de 8,85%). Os gastos com o Bolsa Família estão previstos em R\$ 27,1 bilhões. As despesas com o PAC estão previstas em R\$ 134,2 bilhões. O Ministério da Saúde

terá R\$ 109,2 bilhões e o Ministério da Educação, R\$ 101,3 bilhões.

Pela Constituição, a Lei Orçamentária Anual deve ser entregue pelo Executivo até 31 de agosto e pode ser aprovada até dezembro, mas essa prática não é obrigatória e não impede que o Congresso entre em recesso.



Jucá (centro, à mesa) propôs calendário que prevê aprovação final do Orçamento no Plenário dia 22



Pedro Simon se despede do Senado

Senador, que encerra quarto mandato na Casa, disse em discurso que lutou por liberdade, ética, democracia e justiça. Senadores aplaudiram de pé o colega e o citaram como exemplo de político

COM UM EMOCIONADO discurso, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) se despediu ontem do Senado. Aos 84 anos, ele encerra o quarto mandato na Casa.

— As minhas palavras deixam agora o alento dos discursos para semear ideias com a juventude, que clama por mudanças. Minhas sementes de ética na política do Brasil de hoje e de amanhã — afirmou.

Simon disse que aproveitará o tempo para conversar com amigos, ler, ouvir música e dedicar-se à família. O discurso foi acompanhado pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, por estudantes de Brasília e familiares do senador.

Com mais de 60 anos na vida pública, Simon já foi governador e deputado estadual do Rio Grande do Sul. No discurso, ele fez uma adaptação da *Oração de São Francisco*, de quem é devoto:

— Onde vi repressão, lutei para levar liberdade. Onde vi tirania, lutei para levar democracia. Onde vi corrupção, lutei para levar ética. Onde vi impunidade, lutei para levar justiça.

Simon ressaltou sua participação em momentos históricos, como a campanha Diretas Já, a eleição do presidente Tancredo Neves e a Assembleia Nacional Constituinte. Fez críticas ao governo e à equipe econômica de transição da presidente Dilma e citou casos de corrupção.

— Um governo que não soube como terminar nem sabe como começar e vive

seu pior momento, uma hora dramática — afirmou o senador.

Simon, no entanto, comemorou os avanços na luta contra a impunidade e a aprovação da Lei da Ficha Limpa, que considerou “um grande passo rumo à moralidade na representação política”.

Apesar de já haver anunciado que não disputaria novo mandato eletivo, Simon aceitou o convite do partido para concorrer neste ano, mas foi derrotado. No lugar dele, assumirá Lasier Martins (PDT-RS).

Aplaudido de pé, Simon recebeu de presente uma miniatura do Congresso e o microfone e a placa que ficavam em frente a sua cadeira no Plenário. Ao longo de cinco horas, foi aparteado por 36 senadores.

Ana Amélia (PP-RS) leu carta recebida por ela em que um admirador do senador exalta “o senhor pleno de retidão e justiça que deixará uma lacuna impreenchível”.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que Simon foi seu primeiro voto e que, após 12 anos de convivência no Senado, tem orgulho de ter presidido a sessão histórica de ontem para ouvir o discurso do conterrâneo.

Para Eunício Oliveira (PMDB-CE), a Casa perde um dos homens públicos mais respeitados do país. Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que Simon é exemplo de altivez, honradez e seriedade. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) lembrou a amizade de mais de 40 anos e a fundação do partido.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Luiz

Henrique (PMDB-SC) lamentaram a perda para o Senado. Valdir Raupp (PMDB-RO), Eduardo Braga (PMDB-AM), Roberto Requião (PMDB-PR) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) exaltaram o exemplo do político na luta pela redemocratização.

— Continue nessa resistência. O senhor é um ícone não só para o nosso partido, mas para a ética e a moral brasileira — disse Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Ataídes Oliveira (Pros-TO) elogiou o legado de Simon, que também foi considerado inspiração e referência de ética na política pela maioria dos colegas, entre eles Eduardo Amorim (PSC-SE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Paulo Bauer (PSDB-SC) e Ruben Figueiró (PSDB-MS).

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), e Alvaro Dias (PSDB-PR) destacaram a simplicidade e o protagonismo de Simon na história política do país. Também fizeram homenagens Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Magno Malta (PR-ES), João Capiberibe (PSB-AP), Cyro Miranda (PSDB-GO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Antônio Aureliano (PSDB-MG), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Lídice da Mata (PSB-BA), Aécio Neves (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-PE), Walter Pinheiro (PT-BA), Armando Monteiro (PTB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e José Agripino (DEM-RN).



Genardo Magaña/Agência Senado